

# ATUAÇÃO NA MAIOR CATÁSTROFE SOCIOAMBIENTAL DO RIO GRANDE DO SUL

**As chuvas de maio de 2024 provocaram a maior catástrofe socioambiental da história do Rio Grande do Sul, ocasionando a morte de 182 pessoas. O grande volume de água atingiu praticamente todo o território do Estado, deixou cidades isoladas, bairros inteiros submersos e provocou a evacuação da população de áreas atingidas e de risco.**

**Dos 497 municípios gaúchos, 478 foram afetados, o equivalente a 96%, sendo que 418 decretaram situação de emergência ou de calamidade pública.**

**No pico das inundações, em 12 de maio, 81.285 pessoas estavam em abrigos emergenciais e, ao final do mês, mais de 580 mil haviam sido obrigadas a sair de suas casas pelas inundações ou risco de deslizamentos.**

## 478 MUNICÍPIOS AFETADOS







# GABINETE DE CRISE E ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Desde os primeiros problemas causados pela enchente no Rio Grande do Sul, que iniciaram em abril, o MPRS organizou um gabinete de crise para planejar a atuação frente ao desastre.

Com a expertise do Gabinete de Estudos Climáticos (GabClima), criado em novembro de 2023 para identificar vulnerabilidades e apontar necessidades para o enfrentamento das questões relacionadas às mudanças climáticas, a instituição participou ativamente das ações para minimizar os efeitos da tragédia.

O MP gaúcho mobilizou membros e servidores e articulou junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a expedição de uma recomendação para que as unidades do MP brasileiro destinassem recursos para o Estado. Na ocasião, a instituição criou 10 grupos regionais para atuar nas consequências do

desastre socioambiental.

O MPRS também integrou a Operação Taquari, criada pelo Comando Militar do Sul para monitorar e atuar nos desdobramentos da crise climática no Estado.

O trabalho do Gabinete de Gestão de Crise, em um primeiro momento, foi o de organizar os fluxos internos para atuar externamente.

O Núcleo Permanente de Autocomposição – MEDIAR-MPRS atuou como elo para facilitar diálogos, organizar equipes de trabalho, fomentar a comunicação, mediar conflitos internos e externos e auxiliar na tomada de decisão.

A partir desse momento, o Ministério Público iniciou sua atuação nos mais diferentes eixos. Sempre orientado pelo compromisso de fazer valer todos os direitos, principalmente, em um momento de crise.

## Evacuação da sede e danos em Promotorias

No dia 6 de maio, a sede institucional do MPRS foi alcançada pelas águas do Guaíba. O prédio precisou ser evacuado e ficou ilhado por cerca de 20 dias. Logo em seguida, todo o sistema operacional da instituição ficou inacessível. Iniciava-se, neste dia, um dos maiores desafios da nossa história.





# ATUAÇÃO EM DIFERENTES EIXOS PARA ENFRENTAR O MAIOR DESAFIO DA HISTÓRIA

Com a sede alagada, o MPRS organizou um gabinete de crise na sede das Promotorias de Justiça da Santana. No local, membros, servidores e voluntários começaram a organizar a atuação para o enfrentamento à tragédia.

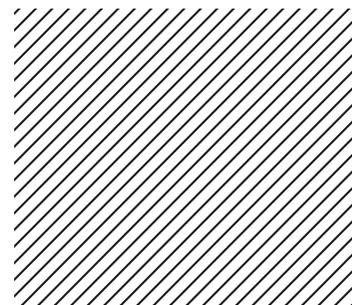
Além da Capital, as outras regiões atingidas pelo fenômeno climático, principalmente Vale do Taquari, Região Central, Serra e Zona Sul, também tiveram forte atuação dos integrantes do Ministério Público no episódio.

Durante o período crítico das cheias, o MPRS transformou o térreo da sede da Santana, na Capital, em uma central de doações que recebeu mantimentos dos mais diferentes pontos do país.

No local, dezenas de pessoas trabalharam voluntariamente para distribuir toneladas de donativos para a população necessitada.

A iniciativa foi replicada em todo o Rio Grande do Sul, inclusive, com Promotorias de cidades não atingidas arrecadando donativos para outras regiões.

A visita às dezenas de abrigos organizados para receber quem perdeu suas casas foi uma tarefa capitaneada pelo MPRS. A atuação foi definitiva para garantir condições adequadas para quem estava nos locais. Foram 244 instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) visitadas e outros 790 abrigos emergenciais em 70 municípios.

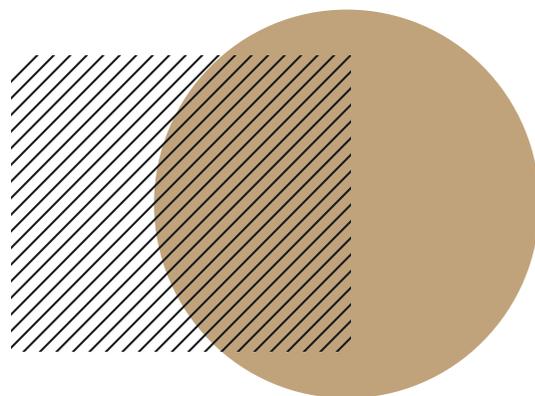




## **Atuação do MPRS foi definitiva para garantir condições adequadas nos 790 abrigos emergenciais em 70 municípios**

### **Combate a notícias falsas**

O combate às notícias falsas, as chamadas *fake news*, foi um dos principais desafios do MPRS durante as enchentes. Ao menos 160 chaves pix que se utilizavam da tragédia para desviar doações foram bloqueadas. Ainda, pelo menos 18 perfis falsos que pediam doações – muitos simulando serem de órgãos do Estado – foram “derrubados” em uma parceria da instituição com as empresas de tecnologia.



## Tecnologia: aplicativos auxiliam organização nos abrigos

Dentro do escopo de auxílio na tragédia, o Ministério Público desenvolveu, em parceria com empresas de tecnologia, quatro aplicativos para agilizar alguns processos necessários durante a enchente. Entre eles, aplicativos que mapeavam as necessidades de cada abrigo, o que facilitava o direcionamento das doações, e o que fazia a gestão dos animais recolhidos nas cheias, posteriormente enviados para espaços específicos. Os projetos foram reconhecidos nacionalmente.

- **SOS Abrigos:** aplicativo desenvolvido em parceria com a Google para mapeamento e concentração das informações relativas à situação de ocupação de cada um dos abrigos emergenciais, sendo as informações inseridas pelos promotores de Justiça a partir das visitas realizadas.
- **SOS Maps:** plataforma desenvolvida em parceria com iMaps, QlikBrasil, Google Brasil e SOS-RS que reúne as necessidades dos 800 abrigos cadastrados, lista as principais demandas e mostra o que está faltando e o que está sobrando em determinado local para ser redistribuído.
- **Apoio Enchentes RS:** ferramenta que conecta os abrigos emergenciais que recebem pessoas atingidas pelas enchentes, que se cadastram e elencam suas necessidades, com pessoas ou empresas interessadas em ajudar, concretizando as doações. Desenvolvido em parceria com a empresa GX2 Tecnologia, PUCRS, SUCESU, Procempa e DataCentrics.
- **Abrigo dos Animais RS:** aplicativo desenvolvido pelo MPRS que possibilita o cadastramento dos locais destinados ao acolhimento dos animais resgatados, sendo possível inserir diversas informações que auxiliam no diagnóstico da situação e construção de futuro encaminhamento.



# DEFESA DO CONSUMIDOR NA CRISE CLIMÁTICA

No período das cheias, o Centro de Apoio Operacional do Consumidor e Defesa da Ordem Econômica do MPRS divulgou um e-mail específico de denúncias para preços abusivos – prática que cresceu durante a tragédia no Estado. Foram mais de 1 mil reclamações recebidas, que resultaram em 600 estabelecimentos fiscalizados e 70 autuações. Além da questão da cobrança de valores acima do normalmente praticado, o MPRS, em conjunto com outros órgãos, fiscalizou estabelecimentos comerciais que vendiam alimentos que ficaram submersos na enchente, com risco de contaminação, colocando a saúde da população em risco.

Também foram realizadas ações para prorrogar as operações de crédito consignado destinadas aos servidores públicos estaduais e municipais afetados na tragédia. O acordo firmado

pelo MPRS, entidades de proteção dos consumidores e Banrisul estabeleceu carência de quatro meses sem cobrança de juros, encargos adicionais ou aumento no valor das parcelas.

O MPRS celebrou um acordo interinstitucional com as concessionárias RGE Energia e CEEE Equatorial Energia para redução e facilitação do pagamento das contas de energia elétrica dos consumidores atingidos pelas enchentes, garantindo acesso contínuo aos serviços essenciais de energia elétrica. O acordo estabeleceu, entre outras questões, a suspensão de ações de cobrança, os cortes por inadimplência, a negativação e os juros por 90 dias em áreas de calamidade; manutenção de benefícios tarifários para consumidores com Tarifa Social; além de troca e instalação de equipamentos danificados sem custo aos consumidores.

## Operações contra desvio de doações

O GAECO deflagrou operações na Região Metropolitana para investigar o desvio de doações destinadas às vítimas das enchentes. Em Eldorado do Sul, três agentes públicos, incluindo dois pré-candidatos às eleições, foram afastados de suas funções. As doações desviadas supostamente seriam usadas para fins eleitorais.

O combate ao desvio de donativos continuou em outras cidades. Em Cachoeirinha, o alvo da operação foi uma ONG investigada por desviar doações para um depósito ligado a políticos locais. Em Barra do Ribeiro, suprimentos da Defesa Civil foram encaminhados a uma entidade associada a um pré-candidato.



Aponte a câmera de seu celular para ler mais sobre a atuação do MPRS nas enchentes de maio de 2024

## PAINEL HOMENAGEIA VOLUNTÁRIOS, MEMBROS E SERVIDORES

Em 9 de outubro, foi inaugurado um painel fotográfico no térreo da sede institucional, que retrata a enchente que atingiu o Estado no mês de maio. São registros da sede do MPRS que ficou alagada, da central de recebimento e distribuição de doações criada na sede das Promotorias da Santana, na Capital, além de imagens de Porto Alegre durante o transbordamento do Guaíba. Também foi demarcada a altura que a água chegou, alangando o térreo do prédio.

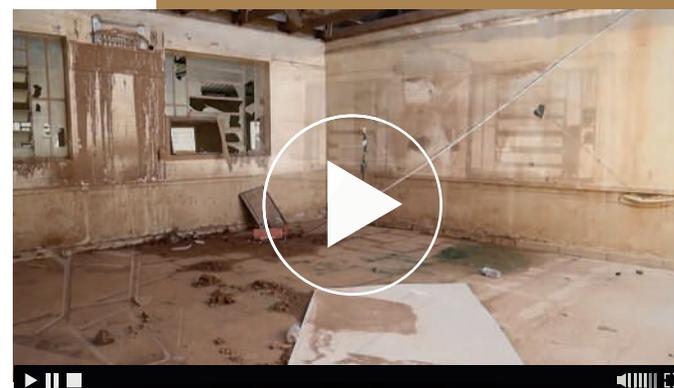


Aponte a câmera do seu celular para assistir ao vídeo da inauguração

# “O MP FOI UM ALICERCE QUE NOS AJUDOU NOS MOMENTOS DIFÍCEIS”

Após a enchente devastadora que destruiu quatro escolas em Cruzeiro do Sul, no Vale do Taquari, o Ministério Público uniu forças com voluntários para construir uma nova instituição de ensino. A Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima representa o esforço de centenas de pessoas e tem capacidade para 500 alunos. Crianças como Yasmin e Anderson, que voltaram a estudar com alegria em um espaço bonito e acolhedor.

A articulação do MPRS foi essencial para que o projeto saísse do papel em 100 dias. O empresário Éverton Corbellini, um dos voluntários, relembra: “O MP foi a voz da comunidade, porque a cidade vivia um caos e a instituição ajudou a comunidade a reencontrar o seu rumo”.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR  
PARA ASSISTIR AO VÍDEO



# MAIOR CATÁSTROFE SOCIOAMBIENTAL DO ESTADO

**Imagens da tragédia que atingiu 470 dos 498 municípios gaúchos, levando a instituição a atuar em áreas como resgates e ajuda humanitária, além da sua missão primordial de assegurar o cumprimento das leis**







Tiago Coutinho/MPRS





Tiago Coutinho/MPRS



Tiago Coutinho/MPRS







Tiago Coutinho/MPRS



Tiago Coutinho/MPRS



Tiago Coutinho/MPRS

MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

440





Tiago Coutinho/MPRS





Tiago Coutinho/MPRS



Tiago Coutinho/MPRS





Tiago Coutinho/MPRS

